
A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE GOIÁS: NOVAS POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL*

Telma Regina de Barros**,
Aristides Moysés***

Resumo: num contexto político-econômico contemporâneo as instituições de ensino superior foram revalorizadas e passaram a ser consideradas como um dos atores cruciais no desenvolvimento de determinada região ou local. O presente trabalho procurou investigar se a expansão da educação superior, no período 1995-2014, tem contribuído para o desenvolvimento regional do Estado de Goiás e se tem ocorrido articulação das políticas sociais com as políticas regionais. Para tanto, utiliza-se a pesquisa bibliográfica e exploratória dos perfis socioeconômicos do Estado de Goiás. Ao buscar maior familiaridade com o objeto de estudo, foram observados alguns encadeamentos que envolvem a educação superior tanto de curto prazo quanto de longo prazo. Ao que parece, os de curto prazo (dispêndios - backwards linkages) foram exitosos, porém aqueles de longo prazo (conhecimento - forward linkages) tiveram um resultado bastante insignificante ao serem comparados com os esforços despendidos. Da mesma forma, acredita-se que estes poderiam, no período analisado, se as políticas sociais e regionais fossem mais articuladas, gerar maiores externalidades positivas que viessem a promover prolongado e acumulativo desenvolvimento regional e local.

Palavras-chave: Desenvolvimento Regional. Educação Superior. Estado de Goiás.

THE EXPANSION OF HIGH EDUCATION IN THE STATE DO GOIÁS: NEW POSSIBILITIES FOR REGIONAL DEVELOPMENT

Abstract: in the context of contemporary politico-economic higher education institutions have been revalued and came to be regarded as one of the crucial actors in the development of a particular region or location. The present study sought to investigate whether the expansion of higher education, in the 1995-2014 period, has contributed to the regional development of the State of Goiás and if there have been joint social policies with regional policies. For both, the bibliographical research and exploratory socioeconomic profiles-Central Goiás State, Brazil. To get greater familiarity with the object of study, were observed some threads involving higher

education short term both as long-term. Apparently, the short-term (expenditures-backward linkages) were successful, but those of long term (knowledge-forward linkages) had a result quite insignificant when compared with the efforts expended. Similarly, it is believed that these could, in the analyzed period, if the social and regional policies were more articulated, generate higher positive externalities that would promote sustained and cumulative regional and local development.

Keywords: *Regional Development. High Education. State of Goiás.*

LA EXPANSIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR EN EL ESTADO DE GOIÁS: NUEVAS POSIBILIDADES PARA EL DESARROLLO REGIONAL?

Resumen: *en un contexto político-económico contemporáneo las instituciones de enseñanza superior fueron revalorizadas y pasaron a ser consideradas como uno de los actores cruciales en el desarrollo de determinada región o local. El presente trabajo buscó investigar si la expansión de la educación superior; en el período 1995-2014, ha contribuido al desarrollo regional del Estado de Goiás y si ha habido articulación de las políticas sociales con las políticas regionales. Para ello, se utiliza la investigación bibliográfica y exploratoria de los perfiles socioeconómicos del Estado de Goiás. Al buscar mayor familiaridad con el objeto de estudio, se observaron algunos encadenamientos que involucran la educación superior tanto a corto plazo como a largo plazo. Por lo que parece, los de corto plazo (desembolsos - backwards linkages) fueron exitosos, pero aquellos de largo plazo (conocimiento - forward linkages) tuvieron un resultado bastante insignificante al ser comparados con los esfuerzos gastados. De la misma forma, se cree que éstos podrían, en el período analizado, si las políticas sociales y regionales fueran más articuladas, generar mayores externalidades positivas que vinieran a promover prolongado y acumulativo desarrollo regional y local.*

Palabras clave: *Desarrollo Regional. Educación universitaria. Estado de Goiás.*

Ao propor reflexões sobre o desenvolvimento regional brasileiro Monteiro Neto, Brandão e De Castro (2017, p. 432) apresentam quatro vias possíveis de problematização da temática para conduzir um debate. A primeira refere-se ao “enfraquecimento da integração do mercado nacional ou fragmentação da nação e a [...] desindustrialização”; a segunda via traz ao cenário “o ativismo governamental em políticas sociais e até mesmo em infraestrutura com impactos territoriais relevantes” e “as limitações recorrentes e flagrantes [...] do nosso federalismo.”; a terceira sugerida é “a ênfase no território ou nas pessoas”; e, por fim, a quarta via de problematização apresenta uma necessária reflexão sobre os “novos recortes territoriais para compreensão dos impactos e do alcance do conjunto das políticas públicas sociais, setoriais, e não apenas das regionais realizadas desde início dos anos 2000, no contexto da retomada do ativismo governamental” (MONTEIRO NETO; BRANDÃO; DE CASTRO, 2017).

Assim, observa-se que, nos anos recentes, o interesse pela dimensão espacial dos fenômenos socioeconômicos vem se fortalecendo. “Este interesse reveste-se, sobretudo, das tentativas de explicar o dinamismo de algumas regiões e o declínio de outras com base em suas configurações espaciais e nas ações empreendidas pelos seus atores e instituições” (MARIANI; ARRUDA, 2010).

“O território recebeu abordagem escalar mais refinada, com elementos de dinâmica econômica e demográfica assumindo grande importância como parâmetro para a atuação da política.”, assim afirma Monteiro Neto, Brandão e De Castro (2017, p. 442). Neste

mesmo sentido, Mariani e Arruda (2010, p. 2) afirmam que a abordagem territorial, “oferece suporte analítico necessário para explicar as dinâmicas de desenvolvimento, tendo como pressuposto o espaço social e as relações de poder nele operantes.”. Em síntese, analisar os territórios de forma compartimentada e as relações que ambos estabelecem entre si; ou seja, suas respectivas territorialidades corroboram com a formulação de políticas públicas que devem levar em conta o nosso federalismo.

O Estado de Goiás¹, que se caracteriza como uma fronteira explorável de recursos naturais,

“[r]ecentemente, com o *boom* de demanda e preços nos mercados internacionais, determinado sobretudo pelas necessidades chinesas, o setor de *commodities* conheceu grande expansão. [...] Entretanto, a alta especialização em atividades extrativas e produtivas de *commodities* colocam limitações estruturais à dinâmica endógena de economia do Centro-Oeste expandido (MONTEIRO NETO; BRANDÃO; DE CASTRO, 2017, p. 459).

Algumas das limitações observadas

são post[a]s pela natureza intrínseca de seus bens minerais, agrícolas e pecuários, fundados em vantagens competitivas estáticas e absolutas [...] e em grande parte submetidos a definição da demanda e preços internacionais. São ainda notórias suas carências e gargalos de infraestrutura, armazenamento e escoamento da produção agropecuária e mineral, por apresentarem enormes distâncias físicas e dependência de escoamento para a exportação da produção em relação aos portos. E finalmente, [...] perda da biodiversidade e degradação dos solos e das águas, desmatamento e queimadas nos dois ecossistemas bastante frágeis e sensíveis que abriga: o Cerrado e o Pantanal (MONTEIRO NETO; BRANDÃO; DE CASTRO, 2017, p. 459).

Apesar disso, a região tem se beneficiado “diretamente pelo fato de o país ter avançado muito nas últimas décadas na eficiência logística, mas também na pesquisa agrícola e agropecuária, sobretudo pelo papel da Embrapa e dos órgãos de fomento nacional e estaduais” (MONTEIRO NETO; BRANDÃO; DE CASTRO, 2017, p. 459).

Da mesma forma, “[o] sistema de ensino superior brasileiro vivenciou importantes transformações em período recente, entre as quais se destaca a sua expansão” (VIEIRA, 2017, p. 277). No período de 1995 a 2014², foi “observada expressiva ampliação do total de matrículas nos cursos presenciais de graduação e no número de instituições de ensino superior (IES)” (VIEIRA, 2017, p. 277). Além disso, segundo o mesmo autor, as atividades de pós-graduação também foram incrementadas, possibilitando o crescimento no contingente de mestres e doutores matriculados e titulados no país, assim como no número de cursos e programas de excelência internacional. Todavia, faz-se necessário esclarecer que contemporaneamente as

[e]stratégias de desenvolvimento regional que se centram no capital humano tradicionalmente não fazem parte do cardápio brasileiro de políticas regionais. A expansão dos níveis de ensino do país, principalmente no ensino superior e na pós-graduação deveriam ser de enorme interesse para a renovação da política regional. As incursões realizadas no campo da inovação produtiva e das articulações institucionais entre setor produtivo e universidades já encontram terreno fértil para serem apropriadas (MONTEIRO NETO; BRANDÃO; DE CASTRO, 2017, p. 465).

Em face do exposto, surgiu a ideia, ao iniciar a pesquisa para a elaboração da dissertação do mestrado e buscando ampliar as discussões das hipóteses envolvidas, de fazer

um levantamento dos aspectos socioeconômicos que impactam e revelam a educação superior do Estado de Goiás e analisar as possibilidades que estes demonstram para o desenvolvimento regional.

Deste modo, as provocações que resultaram na presente investigação resumiram-se no seguinte problema de pesquisa: a expansão da educação superior tem contribuído para o desenvolvimento regional? Tem ocorrido articulação das políticas sociais com as políticas regionais?

Face às investigações que resultaram na obtenção de dados primários e secundários acerca do problema de pesquisa, elaborou-se o presente trabalho, que tem como objetivo geral compreender a expansão da educação superior no Estado de Goiás, no período de 1995 a 2014 e, conseqüentemente, como tem contribuído para o desenvolvimento regional.

REFERENCIAL TEÓRICO

“A partir dos anos 1970, observa-se um fenômeno de globalização intenso. Isto se expressa através das trocas de diferentes tipos: informações, capitais, bens e serviços, mas também pelo deslocamento de pessoas. Os fluxos são mundiais” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 33). E este fenômeno também chamado de “[...] mundialização da economia e do sistema de informação provocou a recomposição do mundo, quer dizer, uma revisão das regras do jogo.” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 36). Diante disso, a regionalização, isto é, a territorialização dos espaços voltou ao foco. A organização da economia mundial passa a olhar para os polos de maior desenvolvimento: “a América do Norte, a União Européia e o Japão (a tríade)” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 36) e alguns países do sudeste da Ásia. Os agentes têm suas estratégias territorializadas.

Segundo Benko e Pecqueur (2001, p. 39), território é “uma união de práticas e de representações dos agentes econômicos, mas ele deve ser também o resultado de uma busca analítica e não seu pressuposto.”. Do mesmo modo, Brandão (2004, p. 60) conceitua território como sendo “uma construção social conflituosa. Uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto.”.

Neste contexto, nota-se que o fator diferenciador da definição de território da concepção de espaço, que diz respeito ao ambiente propriamente dito, são as relações de poder, bem como as manifestações culturais dos agentes que o habitam. Portanto, “ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTINI; SANTANA, 1993, p. 5).

Nos anos 1980, “os estudos se multiplicaram sob diferentes formas em torno da economia territorial. Basta evocar algumas palavras-chave como desenvolvimento local, meio inovador, distrito industrial, sistema produtivo localizado, ou pensar em novas teorizações em torno dos custos das transações, redes, governança, convenções, instituições, pós-fordismo” (BENKO; PECQUEUR, 2001, p. 39).

Diante disso, pode-se afirmar que os territórios assumem o caráter de sistemas produtivos locais que territorializam o lugar em que transcorre uma pluralidade de formas de justificação da ação humana e as “ações que desencadeiam um espaço transformado; particularizado pelos grupos que o dominam [...] constituem as territorialidades do território

ocupado, já que este não mais poderá ser entendido sem as relações de poder dos grupos que lhe conferem corpo” (MARIANI; ARRUDA, 2010, p. 2).

Na análise das dinâmicas territoriais é importante abordar o rural e as ruralidades, visto que estes compõem efetivamente as economias locais. Assim sendo, Bitoun; Miranda; De Araújo (2015, p. 4) conceituam a ruralidade a partir da forma como se organiza a vida social, considerando: a) o acesso aos recursos naturais e aos bens e serviços da cidadania; b) a composição da sociedade rural em classes e categorias sociais; e, c) os valores culturais que sedimentam e particularizam os seus modos de vida.

Entretanto, evidencia-se que as ruralidades são cada vez mais contraditórias. Segundo Gil (2012), essas contradições podem ser apresentadas de maneira sintética: aqueles que têm acesso à terra e aos recursos que “urbanizaram” o campo e aqueles que não têm.

Para Gil (2012), estas contradições engendram os conflitos sociais, presentes tanto na cidade quanto no campo. Ambos, hoje, são opostos que se completam e se apresentam como *locus* da contradição gerada pela concentração de renda e pelas desigualdades sociais. A posse da terra está no centro dessa questão. Além dos conflitos, as contradições também agem como inibidoras do desenvolvimento econômico e social regional e local.

Acrescenta-se a isso três premissas centrais que estimulam o debate sobre o rural e as ruralidades brasileiras na atualidade: a) a interdependência do rural com o urbano e com outras esferas da vida social; b) a heterogeneidade e a diversidade do território brasileiro; e c) a falta de regulação territorial. Aliás, superar a visão institucional do que é urbano e rural no Brasil é a principal premissa para construir um modelo de desenvolvimento territorial mais equilibrado (BITOUN; MIRANDA; DE ARAÚJO, 2015, p. 2).

Seguindo tal perspectiva, Mariani e Arruda (2010) definem o “desenvolvimento como uma melhora qualitativa no nível de bem-estar de um determinado grupo social, usando como referência os indicadores sociais, políticos e econômicos disponíveis.”. Em vista disso, denotou-se que aumentos nos níveis de renda, qualidade de vida e infra-estrutura, por exemplo, são alguns indicativos de desenvolvimento em determinado território.

Neste sentido, as perspectivas contemporâneas de desenvolvimento que se organizam sob uma base territorial, além de levarem em conta os distintos recursos do território (como os recursos naturais e o capital social, por exemplo), se embasam nas territorialidades e ruralidades, de modo a criar sinergias e modelos de produção adequados e que efetivamente promovam o desenvolvimento (MARIANI; ARRUDA, 2010).

Aprofundando na análise da dinâmica regional brasileira, Brandão (2004, p.66), afirma que:

grande parte [...] de uma economia urbano-regional pode ser apreendida pela análise dos encadeamentos, articulações e complementaridades tecnoprodutivas cristalizadas em determinada porção territorial.” E que “o ponto principal da análise deve ser a investigação da capacidade de autodeterminação, do grau de endogenia desta matriz produtiva.

Furtado (1982, p.149) ao definir desenvolvimento afirma que:

o verdadeiro desenvolvimento é principalmente um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço na capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da inventiva. Portanto, se trata de um processo social e cultural, e só secundariamente econômico.

Além do exposto e na busca por compreender o desenvolvimento regional brasileiro, acrescenta-se também dois conceitos que, segundo Monteiro Neto; Brandão; De Castro (2017, p. 433), são relevantes para a compreensão dos fenômenos reverberados nos estudos recentes.

São eles: integração do mercado nacional” e “diversidade de trajetórias, isto é, heterogeneidades de vias de desenvolvimento.”. O primeiro conceito refere-se “às engrenagens que amarram as diversas dinâmicas setoriais no território. [...] As regiões numa dada economia nacional, em cenário de baixa integração, tornam-se ilhas de crescimento sem inter-relações de apoio dinâmico.”. O segundo conceito trata-se da “maximização do aproveitamento de oportunidades de ativos econômicos, culturais, sociais e ambientais revelados no território nacional. Atuam sobre a diversidade de desenvolvimento políticas públicas – setoriais, sociais, de infraestrutura etc. – e seus impactos diferenciados nas realidades territoriais observadas (MONTEIRO NETO; BRANDÃO; DE CASTRO, 2017, p. 433).

Assim, segundo Monteiro Neto, Brandão e De Castro (2017, p. 433), a articulação entre estes dois conceitos

“assumem posição central as diversas formas e intenções da intervenção do Estado Nacional. [...] A tônica da atuação do Estado no período recente tomou a forma preponderante das políticas sociais e de infraestrutura para impulsionar dinâmicas econômicas e sociais diversificadas no território. A política regional do tipo explícito, que deveria ter papel mais relevante nas estratégias de fortalecimento do mercado nacional e, portanto, na sua integração, continuou a ter papel de menor relevância e/ou apenas coadjuvante relativamente às políticas nacionais setoriais e temáticas.

Neste cenário, Bianchi (2007, p. 149), afirma que “[n]o processo de definir sua abordagem do desenvolvimento econômico, [Albert] Hirschman [1915] [...] argumentou que dar o devido respeito à diversidade histórica, geográfica e institucional do objeto de pesquisa é essencial para uma teoria que pretende adquirir um escopo universal.”.

Ao que parece, tal afirmativa confirma as abordagens citadas até o momento e, ou seja, segundo Brandão (2004, p. 64),

a necessidade da análise minuciosa das reações em cadeia, que, dependentes do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da complexidade da estrutura produtiva, podem provocar efeitos de arrasto [...] e efeitos de propulsão [...]. A articulação de tais efeitos criaria os impulsos transformadores do processo estrutural de desenvolvimento.

Não diferente disso, Vieira (2017, p. 280), quando analisa a evolução do ensino superior no Brasil em período recente, demonstra o seu esforço teórico

no sentido de examinar as externalidades geradas pelas IES para as regiões nas quais se encontram instaladas, visando identificar, sobretudo, os mecanismos de transmissão, a natureza, o alcance e os principais impactos derivados das atividades de tais estabelecimentos de ensino e de pesquisa científica e tecnológica.

Assim, Vieira (2017, p. 281) encontra no trabalho de Mille (2004) dois tipos básicos de impactos, de caráter estritamente econômico das Instituições de Ensino Superior (IES) ao desenvolvimento de seus territórios, “dispêndios e conhecimento”.

O primeiro concerne aos fluxos financeiros e monetários originados pelos dispêndios diretos das IES, envolvendo tanto o consumo de seus estudantes e profissionais (administrativos, técnicos e

professores) quanto os gastos de custeio e de investimento efetuados na aquisição de bens e serviços, gerando ‘encadeamentos para trás’ (*backward linkages*), que influenciariam a demanda efetiva local, com desdobramentos para as famílias, governo e empresas. Outra categoria de impacto deriva das atividades finalísticas das IES – produção e disseminação de conhecimento científico e tecnológico – mediante o ensino e a pesquisa, gerando ‘encadeamentos para frente’ (*forward linkages*), que podem transformar estruturalmente as bases econômicas e produtivas da região.

Segundo Vieira (2017), pelos dispêndios diretos das IES, “implicando uma dinâmica estática e suscetível de ser revertida”, devido a forte associação “aos níveis conjunturalmente oscilantes e instáveis do poder de compra das instituições de ensino e de sua comunidade interna”, esses encadeamentos tendem a possuir uma natureza de curto prazo. Já os encadeamentos gerados pelo conhecimento “seriam claramente de longo prazo, afetando a região de forma gradual e acumulativa e fixando condições promissoras para um ciclo prolongado e autorreforçador de desenvolvimento econômico e social da região.”.

Neste sentido, Diniz (2002, p.6) chama a atenção para o papel da inovação no desenvolvimento regional. Segundo ele,

em uma sociedade crescentemente dominada pelo conhecimento, as vantagens comparativas estáticas ou ricardianas, baseadas em recursos naturais, perdem importância e ganham destaque as vantagens construídas e criadas, cuja base está exatamente na capacidade diferenciada de gerar conhecimento e inovação. Desse modo, afirma o autor, o aumento do conteúdo de conhecimento científico e tecnológico nos bens e serviços traz um novo desafio para países, regiões, localidades, empresas ou sociedades, no sentido da capacitação científica e tecnológica ser pré-condição para o sucesso produtivo e comercial.

Diante disso, Diniz (2002, p.7) apresenta duas concepções ligadas ao processo de aprendizagem. As concepções de Lundvall e Johnson (2000), que usam o conceito de economia do aprendizado que se refere à construção de novas competências e estabelecimento de novas especializações, e não apenas a ter acesso à informação, mas conhecimento (aprender fazendo, usando, interagindo e aprendendo); e a de Florida (1995, p.527), com o conceito de aprendizado regional, onde as “regiões devem adotar os princípios de criação de conhecimento e aprendizado contínuo; elas devem em efeito se tornar ‘regiões que aprendem’”. [...] “Nessa perspectiva, as regiões ou localidades tornam-se pontos de criação de conhecimento e aprendizado, na era do capitalismo intensivo em conhecimento (DINIZ, 2002, p.7).

Por fim, Diniz (2002, p.8), reforça a inevitável incorporação das tecnologias no sistema produtivo como fenômenos contemporâneos que são essenciais ao desenvolvimento regional.

Muitas regiões ou localidades continuarão especializadas na produção de bens tradicionais, inclusive, de bens primários ou de serviços simples. Apesar disso, as mudanças tecnológicas contemporâneas penetram em todos os poros do sistema produtivo, afetando todos os setores ou atividades. Ainda que especializada em bens e serviços convencionais, sua produção eficiente está cada vez mais dependente das modernas tecnologias, através da inserção da informática em todos os setores, misturando o primário e o moderno. Em muitos casos, o conhecimento científico e/ou tecnológico já está disponível ou pode ser transferido de maneira codificada.

Com esse arcabouço teórico, serão analisadas e interpretadas as informações e os dados coletados para encontrar respostas a problematização da temática abordada. Para isso, passa-se a descrever a metodologia a ser adotada no trabalho.

METODOLOGIA

Inicialmente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica no intuito de aprofundar e dominar os conceitos pertinentes à temática e encontrar teorias que sustentem a discussão da proposta. Em seguida, para ilustrar o objeto de estudo, buscou-se um exemplo prático que facilitasse a aprendizagem e a familiaridade com o problema e que possibilitasse uma melhor compreensão ao torná-lo explícito. Para tanto, utilizou-se a pesquisa exploratória dos perfis socioeconômicos do Estado de Goiás, elaborado pelo Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos do Estado de Goiás - IMB.

Logo após, o iniciar da pesquisa primária sobre o Estado de Goiás, que está localizado em uma das três grandes regiões líderes na produção agrícola no Brasil, a região Centro-Oeste, percebeu-se sua importância na geração de riqueza para o país, principalmente, com a expansão do agronegócio nas últimas décadas. (DE CASTRO, 2017, p. 249) Da mesma forma, ocorreu com a educação superior no Estado de Goiás.

[F]oi possível observar, nas últimas décadas, a revalorização do papel desempenhado pelas IES no processo de desenvolvimento econômico, motivada, principalmente, pelas rápidas transformações tecnológicas que vieram a estabelecer, em período recente, bases renovadas de geração e conservação de riqueza, cuja característica primordial consiste na aplicação intensiva de conhecimento científico na produção de bens e serviços (VIEIRA, 2017, p. 285).

Assim, pareceu adequado empregar o método dedutivo proposto pelos racionalistas Descartes, Spinoza e Leibniz, que pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. Assim, por intermédio da compreensão de alguns conceitos e da apresentação dos perfis socioeconômicos do Estado de Goiás, fez-se uma construção lógica para compreender os dados apresentados e chegar a uma conclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

I – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

A medição comparativa da qualidade de vida de uma região ou de um país é feita pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado em 1990.

O IDH-M do Estado de Goiás, no período de 1991 a 2010, vem acompanhando a trajetória apresentada pelo Brasil no mesmo período, conforme demonstra a Tabela 1.

No Estado de Goiás o IDH-M-Longevidade, no período, evoluiu de 0,668 para 0,827, enquanto que no Brasil a evolução foi de 0,662 para 0,816. Quanto ao IDH-M-Educação, no Estado de Goiás a evolução foi de 0,278 para 0,646, e no Brasil, de 0,278 para 0,637. Por fim, o IDH-M-Renda evoluiu de 0,633 para 0,742 em Goiás e de 0,647 para 0,739 no Brasil. Tal desempenho permitiu que a posição do Estado de Goiás no ranking das Unidades da Federação passasse de 9º para 8º lugar.

Assim sendo, segundo a classificação adotada pelo PNUD, o Estado de Goiás apresenta um IDH-M considerado “alto”.

Tabela 1: Estado de Goiás e Brasil: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 1991, 2000 e 2010

Especificação	IDH-M			IDH-M LONGEVIDADE			IDH-M EDUCAÇÃO			IDH-M RENDA			Posição		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Goiás	0,487	0,615	0,735	0,668	0,773	0,827	0,278	0,439	0,646	0,633	0,686	0,742	9°	9°	8°
Brasil	0,492	0,612	0,727	0,662	0,727	0,816	0,278	0,456	0,637	0,647	0,692	0,739	-	-	-

Fonte: PNUD / IPEA / FJP.

Elaboração: Instituto Mauro Borges / Segplan-GO / Gerência de Sistematização e Disseminação de Informações Socioeconômicas - 2014.

Obs: Houve mudança na metodologia de cálculo do IDH-M em relação às publicações anteriores. Os valores do IDHM 1991 e 2000 foram recalculados com base na nova metodologia. Assim, as comparações e análises entre indicadores devem ser feitas apenas dentro da plataforma do Atlas Brasil 2013.

Classificação segundo IDH: Muito Alto (acima de 0,800); Alto (de 0,700 a 0,799); Médio (de 0,600 – 0,699); Baixo (de 0,500 a 0,599); Muito Baixo (de 0 a 0,500).

II – Produto Interno Bruto

A taxa real de variação do Produto Interno Bruto do Estado de Goiás, durante o período de 1995 a 2014, acompanhou a variação ocorrida no Brasil no mesmo período, apresentando queda acentuada, com exceção do ano de 2010. Enquanto que no Brasil a taxa real de variação caiu de 4,4 em 1995 para 0,5 em 2014, no Estado de Goiás a queda foi de 4,2 para 1,9, respectivamente.

Tabela 2: Estado de Goiás: Taxa real de variação do PIB – 1995 - 2014

Especificação	1995	2000	2005	2010	2014
Goiás	4,2	4,4	4,2	8,8	1,9
Brasil	4,4	4,3	3,2	7,5	0,5

Nota: dados adaptados pelos autores, extraídos do site do Instituto Mauro Borges (<http://www.imb.go.gov.br/>).

O crescimento do PIB no Brasil verificado em 2010 tem sido creditado ao aumento do consumo das famílias e da formação bruta de capital fixo, porém não foi analisado pelos autores neste trabalho.

A variação do PIB *per capita*, durante o período analisado, não acompanhou a variação do Produto Interno Bruto no mesmo período.

De acordo com a Tabela 3, o PIB *per capita* no Brasil cresceu 327,6%, passando de R\$6.665,00 em 1995 para R\$ 28.500,00 em 2014. O Estado de Goiás, no mesmo período, cresceu 843,9%, passando de R\$ 2.680,00 em 1995 para R\$ 25.297,00 em 2014. Esse crescimento bem acima da média nacional é confirmado pela variação relativa da participação do PIB *per capita* do Estado de Goiás no PIB *per capita* do Brasil. Em 1995,

representava 40,2%, passando para 62,1% em 2000. No ano 2005, a participação foi de 77,1%, passando para 82,3% em 2010 e se elevado para 88,8% em 2014.

Tabela 3: Estado de Goiás e Brasil: Produto interno bruto *per capita* (R\$) – 1995 - 2014.

Especificação	1995	2000	2005	2010	2014
Goiás	2.680	4.316	8.992	16.252	25.297
Brasil	6.665	6.955	11.658	19.766	28.500

Nota: dados adaptados pelos autores, extraídos do site do Instituto Mauro Borges (<http://www.imb.go.gov.br/>).

III – Balança Comercial

O desempenho da balança comercial do Estado de Goiás, demonstrado nas Tabelas 4 e 5, reflete o seu estágio tecnológico. Apesar de ocupar o 11º lugar no ranking das exportações brasileiras no ano de 2014 (IMB, 2017), o Estado demonstra em suas balanças de exportações e de importações grande dependência do suprimento de artigos manufaturados; a quase totalidade das suas exportações é proveniente da venda de produtos básicos.

No ano de 1995 os produtos básicos corresponderam a 51,7% do total das exportações realizadas pelo Estado, tendo elevado-se para 74,2% em 2000 e para 83,6% no ano de 2005. A partir de então essa participação caiu para 80,1% no ano de 2010 e para 74,3% no ano de 2014.

Tabela 4: Estado de Goiás: Exportações – 1995 - 2014. (US\$ 1.000 FOB)

Ano	Total	Básicos	Participação (%)	Industrializados	Participação (%)
1995	248.655	128.685	51,7	119.969	48,2
2000	544.864	404.071	74,2	140.793	25,8
2005	1.817.393	1.519.953	83,6	297.440	16,4
2010	4.044.661	3.240.858	80,1	803.570	19,9
2014	6.979.884	5.186.479	74,3	1.793.367	25,7

Nota: dados adaptados pelos autores, extraídos do site do Instituto Mauro Borges (<http://www.imb.go.gov.br/>).

Ocupando o 13º lugar no ranking das importações brasileiras no ano de 2014 (IMB, 2017), as importações do Estado de Goiás com o exterior acentuam a sua dependência ao suprimento externo. A aquisição de produtos básicos que no ano 1995 representava 17,2% do total importado, apresentou queda contínua até o ano de 2014, quando atingiu 1,6% do total importado. Por outro lado, a aquisição de produtos industrializados apresentou elevação contínua, passando de 82,8% do total importado em 1995 para 98,4% no ano de 2014.

Tabela 5: Estado de Goiás: Importações – 1995 - 2014. (US\$ 1.000 FOB)

Ano	Total	Básicos	Participação (%)	Industrializados	Participação (%)
1995	205.153	35.284	17,2	169.869	82,8
2000	374.289	32.199	8,6	342.089	91,4
2005	724.009	20.422	2,8	703.587	97,2
2010	4.175.313	47.098	1,1	4.128.215	98,9
2014	4.419.215	69.435	1,6	4.349.780	98,4

Nota: dados adaptados pelos autores, extraídos do site do Instituto Mauro Borges (<http://www.imb.go.gov.br/>).

IV – Educação Superior

A expansão da educação superior no Estado de Goiás, durante o período de 1995 a 2014, está demonstrada nas Tabelas 6, 7 e 8.

Durante o período analisado as matrículas passaram de 40.640 em 1995, para 210.018 em 2014, o que representa um incremento da ordem de 416,8%. No mesmo período, o Brasil apresentou um incremento de 268,6%. Destaca-se o ano de 2005 que, em Goiás, cresceu 104,8% em relação ao ano de 2000 e 65,3% em relação ao ano de 2000, no Brasil.

Entretanto, esse crescimento não refletiu no resultado final das instituições, tendo em vista que a média de concluintes no período, no Estado de Goiás, foi de 15,4%, acompanhando a média nacional que foi de 14,6% no mesmo período.

Tabela 6: Estado de Goiás e Brasil: Matrículas em cursos da educação superior e o percentual relativo de crescimento – 1995 - 2014

Ano	Goiás				Brasil			
	Matrículas	%	Concluintes	%	Matrículas	%	Concluintes	%
1995	40.640	0,0	5.959	14,7	1.759.703	0,0	245.887	14,0
2000	72.769	79,1	8.188	11,2	2.694.245	53,1	324.734	12,1
2005	149.034	104,8	29.689	19,9	4.453.156	65,3	717.858	16,1
2010	173.003	16,1	25.782	14,9	5.449.120	22,4	829.286	15,2
2014	210.018	21,4	34.125	16,2	6.486.171	19,0	1.027.092	15,8

Nota: dados adaptados pelos autores, extraídos do site do Instituto Mauro Borges (<http://www.imb.go.gov.br/>).

A Tabela 7 mostra a expansão do número de instituições de ensino superior em Goiás e no Brasil. No Estado de Goiás o número de instituições de ensino superior evoluiu de 35 para 84, o que representa 140%. No Brasil as instituições evoluíram de 894 para 2.368, o que representa 164,9%. Destaca-se também o ano de 2005 que, em Goiás, cresceu 88,6% em relação ao ano de 2000 e no Brasil, cresceu 83,5% em relação a 2000.

Tabela 7: Estado de Goiás e Brasil: Instituições de ensino da educação superior e o percentual relativo de crescimento – 1995 - 2014

Ano	Goiás		Brasil	
	Instituições	%	Instituições	%
1995	35	0,0	894	0,0
2000	35	0,0	1.180	32,0
2005	66	88,6	2.165	83,5
2010	80	21,2	2.378	9,8
2014	84	5,0	2.368	-0,4

Nota: dados adaptados pelos autores, extraídos do site do Instituto Mauro Borges (<http://www.imb.go.gov.br/>).

A Tabela 8 reflete a evolução da titulação do corpo docente nas instituições de ensino superior no período de 1995 a 2014.

No total a quantidade de docentes saltou de 3.265 em 1995 para 13.510 em 2014, o que representa uma expansão de 313,8%, sendo que os docentes sem graduação praticamente desapareceram.

Os docentes com graduação apresentaram uma redução de 4,4%, enquanto que os docentes com a titulação de especialização cresceram 152,3%. Os professores com a titulação de mestrado cresceram 664,3%. Por fim, o crescimento mais expressivo ocorreu com os docentes com a titulação de doutorado, que cresceu 1.803,9%, passando de 181 em 1995 para 3.446 em 2014.

Tabela 8: Estado de Goiás: Total de docentes (em exercício e afastados) universitários por nível – 1995-2014

Ano	Total	Sem Graduação	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1995	3.265	3	773	1.624	684	181
2000	5.231	-	1.044	2.329	1.336	522
2005	9.162	-	894	4.167	2.966	1135
2010	12.752	71	717	5.154	4.533	2277
2014	13.510	-	739	4.097	5.228	3446

Nota: dados adaptados pelos autores, extraídos do site do Instituto Mauro Borges (<http://www.imb.go.gov.br/>).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho procurou investigar se a expansão da educação superior, no período 1995-2014, tem contribuído para o desenvolvimento regional do Estado de Goiás e se tem ocorrido articulação das políticas sociais com as políticas regionais.

Nesse sentido, foi realizado levantamento de dados contemplando o IDH-M, o Produto Interno Bruto e o PIB *per capita* do Estado de Goiás e do Brasil, além das balanças de exportação e de importação do Estado de Goiás, bem como o número de matrículas, alunos concluintes, número de instituições e número de professores e titulações no Estado de Goiás e no Brasil.

A qualidade de vida no Estado de Goiás, medida pelo IDH-M, apresentou bons resultados, no período de 1991 a 2010, atingindo 0,735 em 2010 enquanto o Brasil atingiu 0,727. O índice de Longevidade atingiu 0,827, o de Educação atingiu 0,646 e o de Renda atingiu 0,742 superando o índice nacional que atingiu 0,816, 0,637 e 0,739, respectivamente. Isso permitiu que o Estado passasse a ocupar o 8º lugar no ranking das Unidades da Federação.

Com relação à expansão do Produto Interno Bruto o desempenho da economia do Estado de Goiás, bem como da economia nacional, apresentou declínio na variação da sua expansão, no período de 1995 a 2014, passando de 4,2% em 1995 para 1,9% em 2014 e de 4,4% para 0,5%, respectivamente.

Paradoxalmente, o PIB *per capita*, no mesmo período, apresentou crescimento substancial, passando de R\$ 2.680,00 em 1995 para R\$ 25.297,00 em 2014, no Estado de Goiás, o que representa um crescimento da ordem de 843,9%. No Brasil o crescimento foi da ordem de 327,6%, passando de R\$ 6.665,00 em 1995 para R\$ 28.500,00.

As balanças de exportações e de importações refletem o pouco desenvolvimento tecnológico da economia goiana, o que pode ser constatado pela evolução das exportações de produtos básicos, cuja participação saltou de 51,7% para 74,3% do total exportado durante o período. Por outro lado, é expressiva a participação das importações de produtos industrializados no mesmo período: de 82,8% para 98,4%.

Quanto à educação superior os números são bem expressivos. As matrículas saltaram de 40.640 em 1995 para 210.018 em 2014, ou seja, 416,8%, bem acima da média nacional que foi da ordem de 268,6%. A expansão de instituições de ensino superior no Estado, no mesmo período, foi da ordem de 140%, pouco abaixo da média nacional, que foi da ordem de 164,9%.

A expansão da quantidade de docentes, no período, foi de 313,8%, com destaque para os docentes com titulação de doutor, que cresceu 1.803,9%.

O aparente bom desempenho da educação superior parece esbarrar em um dado preocupante: o índice de evasão (reprovações, abandonos etc). No período considerado a média dos alunos concluintes foi de apenas 15,4% indicando altíssimo nível de retenção escolar, porém compatível com a realidade nacional, cuja média no mesmo período foi de 14,6%, podendo significar que o custo/aluno no ensino superior, tanto no Estado de Goiás quanto no Brasil é elevadíssimo.

É possível que o impacto na economia goiana dos dispêndios realizados pelas instituições de ensino superior, no período de 1995 a 2014, tenha sido positivo. Entretanto, esses dispêndios (custeio e investimentos) podem ter provocado o que se chama de “encadeamentos para trás” (*backward linkages*), com efeitos na renda, no emprego e nos impostos locais, além do aumento da demanda interna. Entretanto, são efeitos de curto prazo e tendem a ser revertidos à medida que a fonte que os originou cesse. O início dos cortes e os contingenciamentos orçamentários apresentados pelo Governo Federal no final do período podem indicar essa situação.

Por outro lado, a alta evasão escolar parece indicar que a produção e a difusão do conhecimento (resultado finalístico das instituições de ensino) não ocorreram em quantidade suficiente para permitir o aprimoramento do nível de qualificação profissional e

gerar externalidades positivas que atraem indivíduos e empresas, o que caracterizaria os “encadeamentos para frente” (*forward linkages*) com características acumulativa, gradual e de longo prazo.

Tudo isso parece indicar que a expansão da educação superior no Estado de Goiás, no período analisado, pouco tem contribuído para o desenvolvimento regional e que essa realidade parece indicar também uma desarticulação entre as políticas sociais e as políticas regionais.

Notas

- 1 Estado de Goiás, um dos 26 estados brasileiros, está situado na região Centro-Oeste do país ocupando uma área de 340.110 km². Sétimo estado em extensão territorial, Goiás tem posição geográfica privilegiada. Limita-se ao norte com o estado do Tocantins, ao sul com Minas Gerais e Mato Grosso do Sul, a leste com a Bahia e Minas Gerais e a oeste com Mato Grosso. Goiás possui 246 municípios e uma população de 6,696 milhões de habitantes. Goiânia, sua capital, é o núcleo polarizador da Região Metropolitana, aglomerado de 20 municípios que abriga 2,458 milhões de habitantes e 40,3% do Produto Interno Bruto goiano. O crescimento econômico com grande oferta de oportunidades é o atrativo de muitos migrantes. Apesar de sediar grandes indústrias, é o setor de Serviços o pilar de sua economia. A capital é um centro de excelência em medicina e vem consolidando sua vocação para o turismo de negócios e eventos. Além de apresentar bons índices de qualidade de vida, acima da média nacional, Goiânia é uma das cidades com a área urbana mais verde do país. O clima tropical predomina em Goiás, com a presença de duas estações bem definidas: um verão úmido e um inverno seco, cujas temperaturas médias variam entre 18° e 26°C. O índice pluviométrico acontece entre os meses de setembro a abril, oscila entre 1.200 a 2.500 mm, ocorrendo chuvas mais concentradas no verão. (IMB, 2017).
- 2 O recorte temporal é justificado por observações da autora de que as principais transformações estruturais das políticas nacionais, que ocorreram nos últimos três Governos brasileiros (FHC - 1995 a 2003; LULA - 2003 a 2010; DILMA - 2011 a 2014), impactaram diretamente a educação. Estes impactos levaram a mudanças ideológicas, estruturais, e, conseqüentemente, legais. No Estado de Goiás, a implementação destas políticas foram realizadas pelos governadores: Maguito Vilela (1995 a 4 de maio de 1998); Naphthali Alves de Sousa (4 de maio de 1998 a 3 de novembro de 1998); Helenês Cândido (3 de novembro de 1998 a 1 de janeiro de 1999); Marconi Perillo (1999 a 31 de março de 2006); Alcides Rodrigues (31 de março de 2006 a 2010); Marconi Perillo (2011 a 2014).

Referências

- BENKO, Georges; PECQUEUR, Bernard. Os Recursos de Territórios e os Territórios de Recursos. *Geosul*, v. 16, n. 32, p. 32-50, 2001.
- BIANCHI, Ana Maria. Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico. *Economia e Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 131-150, 2007.
- BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de. DE ARAÚJO, Tânia Bacelar. *As ruralidades brasileiras e os desafios para o planejamento urbano e regional*. In: XVI ENANPUR “Espaço, Planejamento e Insurgências”, 2015, Belo Horizonte.
- BRANDÃO, Carlos Antonio. Teorias, estratégias e políticas regionais e urbanas recentes: anotações para uma agenda do desenvolvimento territorializado. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, n. 107, p. 57-76, 2004.
- FURTADO, Celso. *A nova dependência*. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- DE CASTRO, César Nunes. O agronegócio e os desafios da infraestrutura de transporte na região Centro-Oeste. In MONTEIRO NETO, Aristides; DE CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antônio (orgs). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 277-305, 2017.

DINIZ, Clélio Campolina. Repensando a questão regional brasileira: tendências, desafios e caminhos. *Trabalho apresentado no seminário “Desenvolvimento Brasileiro”*, Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

GIL, Izabel Castanha. Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo. *Revista Nera*, n. 4, p. 5-19, 2012.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento do Estado de Goiás. *Goiás em Dados*. 2017. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

MARIANI, M. A. P.; ARRUDA, D. O. *Território, territorialidade e desenvolvimento local: um estudo de caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários de Corumbá/MS*. In: 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2010, Campo Grande.

MONTEIRO NETO, Aristides; BRANDÃO, Carlos Antônio; DE CASTRO, César Nunes. Desenvolvimento regional brasileiro: dilemas e perspectivas neste início de século XXI. In MONTEIRO NETO, Aristides; DE CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antônio (orgs). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 429-467, 2017.

RAFFESTIN, Claude; SANTANA, Octavio Martín González. *Por uma geografia do poder*. Rio de Janeiro: Ática, 1993.

VIEIRA, Danilo Jorge. Evolução do ensino superior brasileiro em período recente: novas perspectivas para o desenvolvimento regional? In MONTEIRO NETO, Aristides; DE CASTRO, César Nunes; BRANDÃO, Carlos Antônio (orgs). *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Rio de Janeiro: IPEA, p. 277-305, 2017.

* Recebido em: 08/11/2017. Aprovado em: 20/11/2017

TELMA REGINA DE BARROS

Mestranda em Desenvolvimento e Planejamento Territorial. Pontifícia Universidade Católica de Goiás E-mail: telma.economista@gmail.com

ARISTIDES MOYSÉS

Pesquisador do INCT/CNPQ-Observatório das Metrópoles - Núcleo Goiânia
Professor e Pesquisador do Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial - PUC Goiás. Coordenador e Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas Urbanas e Regionais do Centro-Oeste - GEPUR-CO – CNPq. Membro do Conselho Curador da Fundação Paulo de Tarso. E-mail: arymoyses@uol.com.br